

# Precisamos traçar o papel do Nordeste dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento



## Flávio Ataliba

Pesquisador associado do FGV IBRE

**Claudio Conceição e Solange Monteiro**, do Rio de Janeiro

O Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) irá inaugurar um braço de atuação no Nordeste. Sob a coordenação do pesquisador Flávio Ataliba, ex-secretário executivo de Planejamento e Orçamento do Ceará, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste contará com a produção de indicadores tradicionais do IBRE na versão regional, e quer ser um catalisador de estudos e debates que colaborem para impulsionar o crescimento da região. Tudo, como defende Ataliba nesta conversa, a partir de uma estratégia coordenada entre os entes para melhor aproveitar o potencial da região. "O Nordeste não pode ser pensado como algo que dificulte o crescimento do país. Ao contrário: oferece tantas possibilidades que merece ser considerado como importante indutor de crescimento", defende.

### **Conjuntura Econômica — Qual o objetivo do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, braço do FGV IBRE na região?**

A ideia é aproveitar a experiência do IBRE para ser um catalisador do debate sobre o desenvolvimento regional. Veja, o Nordeste responde por 28% da população brasileira, mas há mais de 70 anos sua participação no PIB oscila em torno de 15%. Não conseguimos explorar as potencialidades da região para gerar, proporcionalmente, mais riqueza – como aconteceu, por exemplo, no Centro-Oeste. Não há como melhorar o PIB *per capita* dos estados nordestinos sem promover esse ganho.

Por que isso ocorreu? Como pesquisador, observo que há muito tempo descolamos da ideia de se pensar estrategicamente o Nordeste. Essa preocupação existia lá na década de 1950, cultivada por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, quando se criou o Banco do Nordeste (1952) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, em 1959). Depois, perdeu-se esse impulso. A década de 1970 marcou a ideia do crescimento brasileiro a qualquer custo. Nas décadas de 1980-90, o foco estava no processo inflacionário e nos esforços para recuperar a estabilidade econômica, reconquistada a partir do Plano Real. Nos anos 2000, quando o presidente Lula assume o governo, o problema regional foi contemplado a partir do foco na questão da pobreza e da desigualdade. Como a pobreza no Nordeste é maior em relação à média brasileira, quando se consolidam os diversos benefícios instituídos na gestão Fernando Henrique Cardoso no Bolsa Família, se estabelece uma política social que beneficia a região. Foi um passo importante, mas, ainda assim, não podemos considerá-lo uma estratégia focada no desenvolvimento do Nordeste.

Esse é o ponto: sem estratégia, não conseguiremos que o livre mercado propicie esse crescimento mais acelerado que precisamos. Para potencializar a atividade e tirar a região do que chamo de “a armadilha dos 15%”, o Nordeste não pode ser pensado como algo que dificulte o crescimento do país. Ao contrário: ofe-

rece tantas possibilidades que merece ser considerado como importante indutor de crescimento. Assim, nosso objetivo é que o Centro agregue diversos atores – universidades, institutos de pesquisa, organismos de Estado –, chame-os para a discussão e, referendado pelo governo federal, colabore para esse novo momento de pensar o Nordeste.

#### Como será o trabalho do Centro?

---

“O objetivo do Centro de Desenvolvimento é agregar diversos atores para, referendado pelo governo federal, colaborar nesse novo momento de pensar o Nordeste”

---

O Centro buscará cumprir esse desafio explorando, inicialmente, três frentes de trabalho. Uma delas, que já mencionei, é a de se somar ao pensamento local que sai das universidades, centros de pesquisa, em busca dessa proposta de estratégia. Para isso, promoveremos seminários para debater publicamente temas de interesse da região, mas também

formaremos um núcleo de pesquisa aplicada com representantes de vários estados. Esse grupo estará em interação direta com os pesquisadores da Economia Aplicada do FGV IBRE, enriquecendo a compreensão dos desafios regionais e dos problemas nacionais e, especialmente, qual o rebatimento dos ciclos econômicos brasileiros e das políticas públicas nacionais na realidade econômica do Nordeste.

A segunda frente é a de geração de dados e estatísticas, desenvolvendo versões regionais de indicadores e sondagens já produzidos pelo IBRE em nível nacional, além de produzir novos. Nesse campo, já começamos a trabalhar e em fevereiro divulgamos a primeira Sondagem do Mercado de Trabalho com recorte do Nordeste. Esperamos que a própria academia faça uso dessas informações para gerar novas pautas e novos estudos. Por exemplo, a Sondagem de fevereiro indica que, a despeito das dificuldades da população nordestina, o Nordeste é a região brasileira onde as pessoas revelam maior bem-estar. O que leva a isso? Esse é um tema – sobre o qual já estamos trabalhando – que ilustra a diversidade de agendas de pesquisa que se pode abrir a partir dos dados que produziremos, e que irão colaborar para o entendimento de nossas virtudes e nossos problemas.

E não é só. Também pretendemos que o Centro trabalhe na prestação de serviços para organismos públicos e empresas privadas da região. Consideramos a demanda em outras áreas da infraestrutura,

como o trabalho que o FGV IBRE já realiza com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) na aferição de custos referenciais, importantes para a sustentabilidade de contratos de obras públicas.

No Ceará temos um exemplo do impacto que essa prestação de serviços pode significar. Antes mesmo de pensarmos na criação do Centro, o IBRE já trabalhou em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), elaborando uma matriz de insumo-produto do estado. Quando a pandemia de Covid-19 começou a ser controlada e o governo teve que criar um plano de retorno gradual das atividades, Claudio Considera tinha acabado de nos entregar esse estudo, que foi fundamental para identificarmos quais setores tinham menor risco sanitário e apresentavam maior potencial de valor adicionado e emprego. Imagina o valor que será ter esse levantamento para os estados e a região como um todo para, por exemplo, avaliar políticas públicas ou o impacto de determinado investimento em termos de geração de emprego e de PIB? O IBRE pode colaborar para o fortalecimento dos órgãos responsáveis por esse planejamento em cada estado. E, junto com o Banco do Nordeste e a Sudene, ajudar para se pensar esse desenvolvimento econômico também conjuntamente.

**Considera possível conciliar interesses de cada estado com uma es-**

**tratégia regional? Quais temáticas poderiam agregar em torno de uma visão integrada?**

Evidentemente cada estado tem sua estratégia particular, e sempre será assim. Mas há convergências. Tivemos uma experiência positiva com o Consórcio Nordeste, durante a pandemia. Participei em várias dessas reuniões, apoiando o governador Camilo Santana (atual ministro da Educação), e vi o interesse dos governadores em solucionar questões

---

“É essencial debater reformas como a tributária e seu reatamento para a economia nordestina. Nossa estrutura produtiva é diferente, como tratar desse impacto?”

---

sanitárias. Imagino que se poderia reproduzir um modelo semelhante, agora voltado para o desenvolvimento regional.

Quanto aos temas, há muitos que sugerem essa convergência, a começar pela transposição do Rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina, que podem ser vetores de desenvolvimento em vários estados. Há ainda a te-

mática do turismo. Pensar na infraestrutura adequada de forma conjunta pode incentivar turistas a estender sua viagem para conhecer os atrativos de mais de um estado. Somente no Ceará, o turismo representa em torno de 5% do PIB – para se ter uma ideia, na Espanha essa relação é de 11%; na França, 7%. É sem dúvida um setor importante para a região.

Entre outros temas que poderiam se encaixar nessa agenda está a educação. Com dois estados nordestinos sendo referência no ensino público – Ceará no fundamental e Pernambuco no ensino médio – por que não buscarmos uma transferência de tecnologia e conhecimento para estender essa vantagem em nível regional? Também considero essencial um debate sobre a agenda de reformas em nível federal e seu reatamento para a economia nordestina, como a reforma tributária. Nossa estrutura produtiva é diferente, como tratar desse impacto? Podemos pensar de forma muito mais estratégica se não optarmos por agir de forma individualizada.

Para concluir, não é demais reforçar a importância desse pensamento voltado a dar robustez aos institutos locais de pesquisa, para o sucesso das políticas públicas de cada estado. No Ceará, a revolução promovida na educação básica não foi apenas resultado do trabalho da Secretaria da Educação, mas do suporte do Ipece, que ajudou a avaliar as medidas que poderiam dar melhor resultado. Na nossa gestão, criamos um centro de avaliação de políticas públicas dentro do Ipece para dar suporte a todas as

secretarias, pois sabemos que o sucesso de políticas passa por implementar, monitorar e avaliar. Nesse sentido, colaborar para o fortalecimento dos institutos estaduais, e promover um conhecimento agregado em nível regional, será um grande aporte que esperamos que o Centro possa dar.

**Na divulgação da primeira edição da Sondagem do Mercado de Trabalho do Nordeste (leia a cobertura do evento: <https://bit.ly/3HY2Dxa>), destacou-se que a melhora da empregabilidade na região também passa por aprimorar o empreendedorismo entre aqueles que trabalham por conta própria. Como fazê-lo?**

De fato, a Sondagem mostra que, em linhas gerais, a Região Nordeste comparada com as demais tem uma fragilidade maior no mercado de trabalho. As pessoas se sentem mais vulneráveis em perder seu emprego, sua renda – não à toa, na região o número de trabalhadores por conta própria que gostaria de ter um emprego com carteira assinada (76,7%) é maior que a média nacional (69,6%). Além disso, grande parte das famílias (73,4%) indica que, sem sua atual fonte de renda, não conseguiria se sustentar por mais de três meses (*leia a íntegra da divulgação: <https://bit.ly/3F2mhHX>*). São dados que indicam que a maior parte dos por conta própria se encontra nessa condição não por opção, mas por necessidade, devido a uma estrutura de mercado de trabalho que os empurra para isso. Não é o mesmo que

que aceitam o risco porque sabem que seu esforço pode garantir uma renda maior adiante. Ao contrário, a maioria se sente insegura e prefere um modelo que lhe ofereça garantia.

Considerando esses aspectos, quais políticas se poderia desenhar – e que no Nordeste é um ponto importante a ser trabalhado? Por um lado, um tema fundamental para o empreendedorismo é a própria educação financeira: entender como se monta um negócio, quais as possibilidades e alternativas de investimento e empreendimento, os riscos abrangidos. Isso envolve educação financeira e treinamento ao empreendedorismo, fundamentais para que as pessoas consigam sair da condição de dependência dos benefícios sociais. Precisamos unir governos estaduais e federal para promover uma agenda em torno da empregabilidade, quem sabe aproveitando a experiência do Sebrae. Ou seja, possibilitar amplo esforço para

estimular o empreendedorismo tanto na qualificação individual do que é ser empreendedor, como habilitar o futuro empreendedor mostrando a ele as potencialidades de mercado em cada campo. E quanto mais cedo começar essa educação financeira e para os negócios, melhor. A Finlândia é um exemplo nessa estratégia. Temos que cultivar o espírito para empreender nas nossas crianças e jovens.

Hoje vemos empreendedores traçando seus planos de forma intuitiva, na tentativa e erro, expostos ao custo financeiro, de tempo e de energia gasto em abrir um negócio, fechar, realocar recursos. Imagine se eles pudessem identificar com probabilidade maior que determinado investimento tem maior possibilidade de sucesso do que outro? Evitaria todo esse custo. Os governos estaduais podem fazer isso. No Ceará, o governo estadual tem um programa de crédito (Ceará Credi) que já ope-

## Perfil mercado de trabalho no Nordeste

terceiro trimestre 2022

	Brasil	Nordeste
Taxa de desemprego	8,70%	12%
População ocupada – empregado setor privado	49,80%	44,30%
População ocupada – por conta própria	25,90%	28,70%
Taxa de informalidade	39,40%	52,20%
Rendimento médio habitualmente recebido	R\$ 2.652	R\$ 1.776
Taxa de desalentados	3,80%	9%

Fonte: PNAD/IBGE; elaborado por FGV IBRE.

ra mais de R\$ 1 milhão, que conta com um trabalho de identificação de segmentos de maior potencial econômico. É algo que se pode desenvolver em maior escala.

**Recentemente, os pesquisadores do FGV IBRE divulgaram um estudo sobre o perfil dos microempreendedores individuais (MEI), que demonstrou um aumento significativo de registros – 14,8 milhões em 2022 –, mas 60% estavam inadimplentes em 2021 (leia mais sobre o estudo: <https://bit.ly/317BKVY>). Qual sua avaliação deste quadro, levando em conta que tramita no Congresso proposta para ampliar o limite de faturamento para entrada no MEI?**

O problema, de fato, não é o limite do teto. Acho que a situação do MEI reforça a defesa da educação financeira. O fato de muitas vezes uma pessoa ter qualificação, mais escolaridade, não significa que tenha habilidade para gerir seu orçamento, ou planejar o horizonte financeiro de uma empresa. Há ricos endividados, e pessoas mais pobres que sabem cuidar de suas contas.

Um segundo ponto que vale enfatizar é que temos um contingente muito grande de pessoas extremamente pobres com baixa qualificação que terão mais dificuldade de conseguir um emprego formal e precisam se capacitar para gerar sua renda – que provavelmente não ficarão ricos, mas que sairão da pobreza. Isso não implica, entretanto, desconsiderar a atração de investimento à região, es-

pecialmente em segmentos que geram encadeamento produtivo, demandam serviços e dinamizam mais segmentos da economia.

**Entre os temas que hoje mais ouvimos falar quando se trata de produtividade e crescimento econômico, alguns encontram bons exemplos no Nordeste, como qualidade da educação e energias limpas. É otimista quanto à possibilidade de a**

---

“Educação financeira e treinamento ao empreendedorismo são fundamentais para que as pessoas consigam sair da condição de dependência dos benefícios sociais”

---

**região de fato sair da “armadilha dos 15%” do PIB nacional?**

Sou otimista, e muito. Mas, como ressaltai aqui, precisamos traçar o papel do Nordeste dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico. Um problema é que a palavra estratégia parece que se tornou imprópria de se falar no Brasil. Entre as principais economias mundiais, entretanto, nenhu-

ma abre mão de suas estratégias, sejam os Estados Unidos, altamente liberal do ponto de vista econômico, seja um país totalmente planificado como a China.

Sabemos que a qualidade da educação é fundamental, mas ela por si só não resolverá o problema. Uma geração que chega ao mercado de trabalho mais qualificada pode fazer diferença, mas se a economia regional não for pujante o suficiente para absorver essa mão de obra mais qualificada, assistiremos à repetição da história da migração para o centro-sul do país, só que agora de pessoas altamente qualificadas. O Observatório da Produtividade do FGV IBRE (<https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade>) mostra que o *link* entre melhora da educação e produtividade não é direto, e depende desse dinamismo. A economia digital é um exemplo de área em que temos grande potencial – dado o tamanho da população que temos, número de universidades – assim como já existem centros de excelência em energia renovável, tanto solar quanto eólica, que são vantagens naturais da região tanto pelas características naturais para sua produção quanto pela proximidade de potenciais importadores de energias como o hidrogênio verde (veja matéria “Corrida pelo hidrogênio verde”, *Conjuntura Econômica* de janeiro: <https://bit.ly/3F0qyf1>). Mas são potenciais que precisam ser fortalecidos com essa estratégia que pretendemos ajudar a construir, de forma a vislumbrar um futuro próximo de muito dinamismo para o Nordeste. 